

1 Ata da Quarta Reunião Plenária do XV Plenário do Conselho Federal de Psicologia,  
2 realizada dia trinta e um de março de dois mil e onze, na sede deste Conselho, situada  
3 em Brasília – Distrito Federal. Os trabalhos iniciaram-se às dezesseis horas e vinte  
4 minutos. A reunião foi composta pelo Conselheiro Presidente Humberto Cota Verona,  
5 pela conselheira vice-presidenta Clara Goldman Ribemboim, pela conselheira secretária  
6 Deise Maria do Nascimento, pela conselheira tesoureira Monalisa Nascimento dos  
7 Santos Barros e participaram os demais conselheiros do Conselho Federal de  
8 Psicologia: Aluizio Lopes de Brito, Ana Luiza Castro, Ana Paula Porto Noronha,  
9 Angela Maria Pires Caniato, Celso Francisco Tondin, Heloíza Helena Mendonça  
10 Massanaro, Henrique José Leal Rodrigues, Maria Ermínia Ciliberti, Marilda Castelar,  
11 Marilene Proença Rebello de Souza, Mariana Cunha Mendes Torres, Roseli Goffman,  
12 Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo, Flávia Cristina Silveira Lemos, Sandra Maria  
13 Francisco de Amorim. Ausentaram-se da Plenária as conselheiras Adriana Eiko  
14 Matsumoto e Marcia Mansur Sadallah. A reunião foi presidida pelo Conselheiro  
15 Presidente Humberto Verona, o qual iniciou informando que nesta plenária seria feito  
16 um teste com a pasta dos materiais de subsídio da reunião, seria disponibilizado em  
17 modo virtual. Informou que o Conselho Federal de Psicologia criou: *twitter*, *facebook* e  
18 possui vídeos no *you tube*, e solicitou que todos seguissem o CFP nestas redes sociais.  
19 O Presidente solicitou à Conselheira Sandra Amorim que se apresentasse aos demais  
20 conselheiros. pois era sua primeira participação em Plenária; concluída a apresentação  
21 da conselheira, passou a palavra à Tesoureira Monalisa Barros, para os informes  
22 financeiros. **Pontos Financeiros. Informe sobre a situação das prestações de contas**  
23 **do CRP-10.** A Tesoureira iniciou informando que a prestação de contas do CRP-10 não  
24 seria apresentada nesta Plenária, pois o regional encontra-se com as contas sem  
25 aprovação nos últimos quatro anos. A Tesoureira disse que realizou uma reunião  
26 telefônica com a presidente e a tesoureira do CRP-10 e nessa reunião ficou estabelecido  
27 que o Conselho Regional se empenharia em resolver a situação e encaminharia a  
28 prestação de contas ao Conselho Federal até a data limite de primeiro de maio de dois  
29 mil e onze para que as contas possam ser auditadas e submetidas a votação na Plenária  
30 de junho. O Conselho Federal enviou um ofício ao CRP-10 informando quais as  
31 pendências que devem ser corrigidas. **Informes financeiros do CFP.** A Tesoureira  
32 apresentou o mapa gerencial explicando sobre cada item da prestação de contas. Foi  
33 apresentado o fluxograma do mapa gerencial da conta divulgação, no qual a conselheira  
34 explicou que há dois projetos. Um dos projetos é fixo e envolve gastos com revistas  
35 comemorativas, revista Diálogos, projetos da Assembleia das Políticas, da  
36 Administração e das Finanças (APAF) desenvolvidos para o Conselho Federal e  
37 projetos do Conselho Federal e Conselhos Regionais. A conselheira explica que o  
38 quadro “organização e administração funcional” mostra os gastos com o funcionamento  
39 da máquina. De acordo com o quadro, cinquenta vírgula zero sete por cento dos gastos  
40 ocorrem com a máquina e trinta vírgula sessenta e um por cento dos gastos são  
41 destinados aos recursos humanos. Monalisa Barros acrescentou ainda que quatro vírgula  
42 setenta e dois por cento do orçamento são gastos com passagens, diárias, reuniões de  
43 presidentes, APAF, implantação do cadastro nacional e campanha de recadastramento  
44 nacional. A conselheira tesoureira informou que trinta e cinco vírgula três por cento, é

45 gasto com ações políticas; sete vírgula zero cinco por cento é gasto com o jornal e há  
46 ainda uma reserva de contingência e eventuais empréstimos aos Conselhos Regionais.  
47 Ela falou também que o orçamento de 2011 é de treze milhões cento e quarenta e nove  
48 mil cento e oitenta e quatro ponto setenta e sete mais os sete milhões da conta  
49 divulgação. Os conselheiros não fizeram questionamentos e a prestação de contas foi  
50 aprovada por unanimidade. **Pauta da APAF de maio de 2011.** O Presidente Humberto  
51 Verona informou que a APAF acontecerá nos dias vinte e um e vinte e dois de maio, e  
52 explicou que ela sempre se inicia com a apreciação da ata da APAF anterior, seguido  
53 dos pontos financeiros. O Presidente leu então, a proposta de pauta da APAF: aprovação  
54 da ata da APAF anterior; pontos financeiros; planejamentos estratégicos do Sistema  
55 Conselhos; resolução sobre a atuação do psicólogo no sistema prisional;  
56 regulamentação do exercício profissional da grafologia; eleição via internet; carteira de  
57 identidade profissional; digitalização de documentos; sistema único de assistência social  
58 – SUAS; comemorações dos cinquenta anos da Psicologia; democratização do trânsito;  
59 ano da avaliação psicológica; revisão do regimento eleitoral; grupos de trabalho da  
60 APAF e seminário de metodologia de pesquisa do CREPOP. O Conselheiro Aluizio  
61 Brito sugeriu que o ponto “eleição via internet” seja discutido antes da “revisão do  
62 regimento eleitoral”, para que as decisões tomadas em relação à eleição por internet  
63 sejam acrescentadas ao regimento. A Vice-Presidenta Clara Goldman disse que deve ser  
64 discutido com o Conselho Regional de Psicologia da décima quinta região, que foi o  
65 solicitante, que este ponto seja incluído na discussão da revisão do regimento eleitoral.  
66 O Presidente Humberto Verona disse que o CFP deve levar para a APAF a proposta de  
67 que o ano de dois mil e doze seja o ano da comemoração dos cinquenta anos da  
68 Psicologia e não um ano temático. A Conselheira Maria Ermínia perguntou qual foi a  
69 posição do Plenário anterior na APAF, em relação à regulamentação do exercício  
70 profissional da grafologia e sugeriu que fosse discutido com o Conselho Regional de  
71 Psicologia da décima quinta região, que foi o solicitante do ponto “carteira de  
72 identidade profissional”, a possibilidade da mudança do nome social ser discutida  
73 juntamente com a questão da carteira de identidade profissional. O Presidente Humberto  
74 Verona esclareceu que foi discutido na reunião de presidentes e na reunião de  
75 tesoureiros que o nome social deve ser modificado inicialmente por decisão judicial,  
76 mas nada foi decidido e o tema ainda está aberto para debates. **Planejamentos**  
77 **Estratégicos do Sistema Conselhos.** O Presidente Humberto Verona disse que o  
78 planejamento estratégico álcool e outras drogas foi a primeira experiência de  
79 planejamento estratégico conjunto entre o Conselho Federal de Psicologia e os  
80 Conselhos Regionais de Psicologia. Explicou que foram trazidos convidados  
81 qualificados para a mesa de abertura e os Conselhos Regionais trouxeram pessoas com  
82 experiências diversas sobre o tema. O Presidente destacou também a habilidade de  
83 condução dos moderadores Cássio França e Sérgio de Arruda Sampaio. Ressaltou que o  
84 planejamento estratégico foi estruturado da seguinte forma: foi definida uma agenda  
85 mínima para o período de três anos, até o ano de dois mil e treze, que deve ser aprovada  
86 na APAF de maio de dois mil e onze como uma ação do Sistema Conselhos. É possível  
87 que outras ações sejam executadas, mas o que está previsto na agenda mínima deve ser  
88 obrigatoriamente realizado. Disse também que foram definidas prioridades para o ano

x  
my  
ry  
stp  
ff  
sm  
cc  
FD  
FR  
47

89 de dois mil e onze e que o relatório final do planejamento será disponibilizado para os  
90 conselheiros. O Presidente disse que deveriam discutir o plano de ações definido no  
91 planejamento estratégico, pois as mudanças deverão ser propostas na APAF e após a  
92 aprovação das ações, os conselheiros do CFP responsáveis pelo tema, devem  
93 acompanhar a execução do plano. A Conselheira Marilda Castelar falou que todos os  
94 integrantes do Sistema Conselhos, que estão de alguma forma ligados à temática de  
95 álcool e outras drogas, deveriam estar presentes no planejamento estratégico, o  
96 Presidente concordou e esclareceu que os *ad hocs* podem ajudar o CFP com a  
97 estruturação da agenda mínima. A Vice-Presidenta Clara Goldman sugeriu que o GT  
98 responsável pelo tema álcool e outras drogas elaborasse um documento com diretrizes  
99 sobre o assunto para ser apresentado na APAF juntamente com o plano de ações  
100 definido no planejamento estratégico. A Conselheira Roseli Goffman disse que o  
101 modelo de planejamento estratégico conjunto pode ser utilizado para outras temáticas e  
102 questionou como o CFP iria se posicionar em relação à publicidade do tema álcool e  
103 outras drogas, pois, do seu ponto de vista, essa questão não foi abordada no  
104 planejamento estratégico. A conselheira Angela Caniato questionou se a APAF é o  
105 único momento de encontro entre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais. O  
106 Presidente explicou que a APAF é o único encontro para deliberações. A conselheira  
107 então disse que está responsável pelo grupo de trabalho de formação e será fundamental  
108 que o grupo atue em conjunto com os Conselhos Regionais. Ela questiona em que  
109 momento o encontro com os Conselhos Regionais poderá ocorrer. Humberto Verona  
110 informa que, no caso específico do grupo de trabalho da formação, já foi confirmado um  
111 planejamento estratégico em conjunto com a Associação Brasileira das Empresas de  
112 Pesquisa (ABEP), sendo que o que for definido deve ser exposto em Reunião Plenária.  
113 O Presidente explicou que os conselheiros responsáveis por temas que não serão  
114 contemplados em planejamentos estratégicos devem pensar em estratégias semelhantes  
115 para propor ações que o CFP deverá realizar nos próximos três anos. Em tempo,  
116 ressaltou que nem todas as ações que os GTs irão realizar com os CRPs precisam da  
117 aprovação da APAF. O Presidente leu a agenda que foi pactuada no planejamento  
118 estratégico álcool e outras drogas para o período de 2011 a 2013 e que será submetida à  
119 aprovação da APAF. Os pontos que constam na agenda são: construir e publicizar  
120 referências técnicas da Psicologia para a atuação como o tema de álcool e outras drogas;  
121 fomentar a discussão da política nacional na formação do psicólogo; problematizar a  
122 política de gestão do trabalho e saúde do trabalhador visando a não precarização do  
123 cuidado; fomentar a articulação da rede intra e inter setorial e fortalecimento das  
124 políticas públicas sobre álcool e outras drogas; posicionar-se a favor da política nacional  
125 de atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas e contra o financiamento  
126 público a comunidades terapêuticas; problematizar e ampliar o debate sobre a  
127 descriminalização e regulamentação do uso de drogas e judicialização do cuidado e  
128 problematizar o papel da mídia na formação cultural da sociedade sobre o uso e  
129 comercialização de álcool e outras drogas. O Presidente Humberto Verona informou  
130 que uma das ações definidas no planejamento estratégico, que é de responsabilidade do  
131 CFP, é contratar uma empresa de publicidade para fazer uma campanha na mídia sobre  
132 álcool e outras drogas, sendo que o GT do tema já havia apresentado essa proposta na

X  
aug  
af.  
ch  
de  
SOT  
HO  
R  
44  
J

133 APAF de dezembro de dois mil e nove, que foi aprovada. Sugeriu que a proposta de  
134 campanha seja levada para a APAF de maio de dois mil e onze para ser referendada e  
135 leu as ações que foram priorizadas no planejamento para o ano de dois mil e onze:  
136 lançar o documento base inicial do Sistema Conselhos para promover as discussões  
137 sobre o tema de álcool e outras drogas; aprovar na APAF de dezembro de dois mil e  
138 onze um calendário nacional de atividades capaz de problematizar e ampliar o debate  
139 sobre a participação da Psicologia no debate de álcool e outras drogas; identificar os  
140 tipos de serviços, programas e políticas nos quais os psicólogos atuam no tema de álcool  
141 e outras drogas; veicular a campanha publicitária nacional buscando a inclusão do  
142 usuário de substâncias psicoativas; pautar o tema no fórum dos conselhos de classe, no  
143 conselhinho e nos conselhos estaduais e estabelecer diálogo institucional ativo junto aos  
144 poderes executivo, legislativo e judiciário, resguardadas as realidades políticas locais. O  
145 Presidente Humberto Verona destacou que no planejamento estratégico foi dito que a  
146 maioria das campanhas de prevenção ao uso de drogas transmitem a idéia de morte e  
147 mostram o usuário como um monstro, ao contrário de uma campanha das Organizações  
148 das Nações Unidas exibida no planejamento, que mostra o usuário como um cidadão  
149 que precisa de ajuda e cuidados. A Conselheira Maria Ermínia Ciliberti frisou que o  
150 CFP não pode ter dúvidas sobre seu posicionamento em relação à internação  
151 compulsória e defendeu que seja feito um documento único do CFP para ser enviado à  
152 XIV conferência nacional de saúde e à VIII conferência nacional de assistência social .  
153 A Conselheira Ana Luíza lembrou que o Plenário anterior havia solicitado uma inspeção  
154 às comunidades terapêuticas, que são locais sabidamente que infringem os direitos  
155 humanos, e ressaltou também que muitos profissionais acreditam que a internação em  
156 comunidades terapêuticas é melhor do que não receber auxílio nenhum. O Presidente  
157 disse que os participantes do planejamento estratégico álcool e outras drogas se  
158 posicionaram de forma contrária às comunidades terapêuticas e ao financiamento  
159 público dessas comunidades. Maria Ermínia Ciliberti lembrou que, na última  
160 Conferência Nacional de Saúde Mental , o CFP se posicionou contra as comunidades  
161 terapêuticas e reforçou a necessidade de adotarem uma posição conjunta para não se  
162 fragilizar, pois há grupos articulados em relação às comunidades terapêuticas e não será  
163 fácil argumentar contra eles. A Conselheira solicitou mais tempo para decidir,  
164 juntamente com o GT, sobre algumas questões políticas relacionadas ao documento que  
165 foi produzido a partir do planejamento estratégico álcool e outras drogas. O Presidente  
166 Humberto Verona explicou que o documento não será encaminhado aos CRPs na  
167 primeira remessa de materiais da APAF, e que será discutido na próxima Reunião  
168 Plenária. Lembrou que o planejamento estratégico emergências e desastres acontecerá  
169 na próxima semana e sugeriu que os pontos de pauta da APAF sejam discutidos na  
170 Reunião Plenária de maio, e a sugestão foi acatada pelos demais conselheiros. A Vice-  
171 Presidenta Clara Goldman informou que, para o planejamento estratégico emergências e  
172 desastres, foram convidados: Marcus Vinícius, que participa da rede latino-americana  
173 de emergências e desastres, Cristina Silva, que ocupou um cargo de diretoria na  
174 Secretaria Nacional de Defesa Civil, Norma Valêncio, que é a coordenadora do Núcleo  
175 de Estudos de Emergências e Desastres da Universidade de São Carlos, Ângela Coelho,  
176 que fez doutorado no Canadá no campo de emergências e desastres e é professora

*Handwritten signatures and initials:*  
- Top right: *sup*  
- Middle right: *RF*  
- Middle right: *SK*  
- Middle right: *del*  
- Middle right: *SN*  
- Middle right: *SK*  
- Middle right: *TR*  
- Middle right: *CH*  
- Bottom right: *gfs*

*Handwritten signatures and initials at the bottom of the page:*  
- *del*  
- *SK*  
- *SN*  
- *TR*  
- *CH*  
- *gfs*  
- *4*

177 universitária, e Alexis Ruiz, integrante da rede latino-americana de emergências e  
178 desastres de Cuba. Disse que o convidado Alexis esteve recentemente no Haiti e  
179 trabalhou com as vítimas do terremoto. A conselheira informou também que  
180 recentemente foi realizado, juntamente com o Conselho Regional da décima sexta  
181 região, um seminário sobre experiências latino-americanas em psicologia das  
182 emergências e desastres, que contou com a participação de Rodrigo Molina, psicólogo e  
183 bombeiro voluntário do Chile, Desirée Salazar Ramírez, psicóloga do Peru, Tatiana  
184 Reichert, presidente da Associação dos Desabrigados da Região do Vale do Baú (Santa  
185 Catarina), Wanderlei Gomes da Silva, membro da diretoria da Confederação Nacional  
186 das Associações de Moradores, Secretário Estadual de Política e Assistência Social,  
187 Coordenador Estadual de Defesa Civil, representantes do SUAS, Norma Valêncio, que  
188 fez a abertura da conferência magna, e Ângela Coelho. A Vice-Presidenta Clara  
189 Goldman disse que participarão do planejamento estratégico, além dos convidados já  
190 citados, dois representantes de cada Conselho Regional e a conselheira Maria Ermínia  
191 Ciliberti. O Presidente Humberto Verona encerrou o ponto e iniciou a discussão de  
192 outros temas que necessitavam de deliberações. Informou que a conselheira Monalisa  
193 Barros é a representante efetiva do CFP na Comissão Nacional do Ministério da Saúde  
194 de doenças sexualmente transmissíveis e síndrome da imuno-deficiência adquirida, mas  
195 era necessário indicar um suplente para a comissão. O Plenário então indicou a  
196 Conselheira Mariana Torres. O Presidente falou sobre o convite do Ministério Público  
197 Federal para o CFP acompanhar um seminário que ocorrerá nos dias cinco e seis de  
198 abril e tratará sobre os aspectos jurídicos, econômicos e sociais da medida provisória  
199 número quinhentos e vinte de dois mil e dez. Explicou que essa medida provisória  
200 discute a criação da empresa pública denominada "Empresa Brasileira de Serviços  
201 Hospitalares". A conselheira Maria Ermínia Ciliberti acrescentou que essa empresa está  
202 sendo criada para administrar os hospitais, inclusive aqueles ligados às universidades  
203 federais, e que as universidades já existentes podem optar se querem participar desse  
204 novo modelo ou não, ao contrário das novas universidades, que já terão seus hospitais  
205 submetidos a ele. Lembrou ainda que os únicos hospitais que estão submetidos ao  
206 controle federal são os hospitais-escola. Foi deliberado que pessoas, colaboradoras do  
207 CFP serão consultadas para saber se têm disponibilidade para participar do seminário,  
208 são elas: Elisa Zaneratto, Graça Marchina e Anice Maia. Foi decidido também que a  
209 conselheira Heloíza Massanaro participará do seminário somente no dia cinco e a  
210 conselheira Maria Ermínia participará somente no dia seis, caso não haja mais nenhum  
211 representante do CFP para participar do evento. **Convite para o CFP participar do X**  
212 **CONPE.** O Presidente Humberto Verona informou que haverá o congresso da  
213 ABRAPÉE (Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional) em junho, que  
214 acontecerá em Maringá. Ele disse que o CFP recebeu o convite da ABRAPÉE  
215 perguntando se gostaria de participar com uma mesa. Explicou que a diretoria decidiu  
216 pautar o tema para a Reunião Plenária para os conselheiros decidirem em conjunto se o  
217 convite será aceito ou não. A Conselheira Angela Caniato disse que estará no congresso  
218 e que não iria apresentar nenhum trabalho até o momento. Ela falou que talvez fosse a  
219 representante da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social) no congresso  
220 e que poderia representar também o CFP, desde que recebesse orientações sobre como

Handwritten notes and signatures on the right margin, including initials like 'MJP', 'JF', 'M', 'S', 'R', and '44'.

221 fazer isso. O Presidente Humberto Verona informou que o tema do congresso é  
222 “Psicologia Escolar: Caminhos Trilhados, Caminhos a Percorrer” e nele será  
223 comemorado o aniversário de dez anos da ABRAPEE. Informou também que a  
224 Associação solicitou ajuda ao CFP para elaborar um manual que contém a história da  
225 Psicologia Escolar no Brasil. O Conselheiro Celso Tondin disse que, para o congresso  
226 da ABRAPEE, o CFP deve levar a discussão sobre o ano temático da educação,  
227 resgatando o que foi discutido no sexto Congresso Nacional da Psicologia sobre  
228 educação e mostrar um pouco da discussão política que o Conselho Federal tem feito  
229 em relação ao tema. Disse ainda que participará do congresso em Maringá como  
230 professor de psicologia escolar. A Conselheira Flávia Lemos sugeriu que uma das  
231 mesas discuta as práticas educativas, os processos de exclusão nas práticas educativas  
232 das universidades e a formação do psicólogo relacionada com os eixos políticos  
233 discutidos no Conselho Federal. O Presidente Humberto Verona destacou que, até o  
234 momento, havia propostas de duas mesas para o Congresso da ABRAPEE, sendo uma  
235 mais focada nas discussões do Sistema em relação à Psicologia Escolar e Educacional,  
236 que abrange o ano da educação e as deliberações do VII CNP, e a outra voltada para  
237 reflexões sobre as práticas educativas, trazendo questões sobre educação popular e as  
238 contribuições da Psicologia para a área. Questionou se todos estavam de acordo com as  
239 propostas e todos concordaram. A Vice-Presidenta Clara Goldman expôs que o tema do  
240 Congresso se encaixa com o ano da educação e sugeriu que seja discutido no evento o  
241 que o ano temático problematizou, enquanto sequência de eventos que colocaram em  
242 pauta a discussão, e o que há hoje como uma avaliação concreta de avanço. Disse  
243 acreditar que esse desafio deve ser aceito não como uma responsabilidade somente do  
244 CFP, mas como uma forma de mostrar para a categoria o que foi formulado no ano  
245 temático. O Presidente sugeriu que fossem feitas duas mesas no Congresso da  
246 ABRAPEE, uma com foco na discussão que o Sistema Conselhos de Psicologia tem  
247 feito sobre o tema da Psicologia Escolar e Educativa como um campo de exercício  
248 profissional e outra focada nas reflexões críticas sobre as práticas educativas. Como  
249 nenhum conselheiro se opôs, o Presidente convidou Celso Todin a ser o responsável  
250 pela primeira mesa sugerida, que aceitou o convite, juntamente à Conselheira Marilene  
251 Proença. O Conselheiro ficou responsável por convidar as conselheiras Marilene  
252 Proença e Tânia Brasileiro e outros integrantes para participar das discussões. O  
253 Presidente perguntou quem seria o responsável pela outra mesa e decidiram pela  
254 Conselheira Flávia Lemos como responsável e ela sugeriu que os conselheiros Henrique  
255 Rodrigues e Marilda Castelar também participassem. O Presidente Humberto Verona  
256 leu o convite do Décimo Congresso de Psicologia Escolar e Educacional (X CONPE) e  
257 disse que o Núcleo de Apoio aos Projetos de Gestão ficaria responsável por enviar um  
258 e-mail à organização do evento informando que o CFP irá propor duas mesas e  
259 perguntando qual a data limite para o envio dos nomes dos participantes das mesas.  
260 Solicitou à Conselheira Mariana Torres que falasse sobre a proposta para o Oitavo  
261 Congresso Brasileiro de Geriatria e Gerontologia. A Conselheira Mariana Torres  
262 informou que a ex-Conselheira Cristina Veras enviou a apresentação do Oitavo  
263 Congresso Brasileiro de Geriatria e Gerontologia, promovido pela Sociedade Brasileira  
264 de Geriatria e Gerontologia da seção do Rio Grande do Sul. Disse que esse evento irá

X  
mp  
R  
JSE  
H  
S  
M  
R  
47

*[Handwritten signatures and initials]*

265 ocorrer do dia dois ao dia quatro de junho em Porto Alegre, onde haverá a discussão de  
266 temas sobre intervenção psicossocial, estresse e carências, e que podem ser  
267 interessantes para o CFP. Explicou que a programação, de uma forma geral, está voltada  
268 para a área médica e que é importante ter uma representação do CFP no congresso, e  
269 ficou de trazer uma proposta de mesa na próxima Reunião Plenária. EaD - **Ensino à**  
270 **Distância**. O Presidente Humberto Verona solicitou à Conselheira Angela Caniato um  
271 relato sobre o evento que discutiu o ensino à distância nos cursos da área de saúde. A  
272 Conselheira relatou que os profissionais do Serviço Social elaboraram um manual no  
273 qual mostram a incompatibilidade entre o ensino de Serviço Social e a educação à  
274 distância. Admitiu que esse documento apresenta algumas falhas e leu um trecho que  
275 diz: “A área de saúde exige o enfrentamento e o acolhimento de pessoa a pessoas,  
276 dificultando uma formação inicial de qualidade baseada na educação à distância. Há  
277 pontos que sustentam essa posição dos Conselhos Federais, quais sejam: necessidade de  
278 fiscalização dos estágios supervisionados, monitoramento e controle das atividades  
279 práticas e um tutor especializado na área; considerar o perfil dos candidatos a um curso  
280 na área de saúde através da educação à distância para atender às exigências da profissão  
281 nesta área, cumprindo a legislação vigente; impossibilidade do exercício da prática  
282 profissional da área de saúde, que exige necessariamente interação humana entre o  
283 profissional e o usuário destes serviços; preparação a ser oferecida por cursos de  
284 graduação à distância na área de saúde não contempla as necessidades para atender à  
285 sociedade devido às características fundamentais para preparar o profissional sobre: a)  
286 conhecimentos indispensáveis; b) procedimentos específicos; c) responsabilidade; d)  
287 comportamento e e) ética e saber para o poder. Portanto, a área de saúde exige a relação  
288 pessoa-pessoa. O papel do professor, que antes de tudo é um profissional de saúde, ao  
289 praticar o ensino à distância poderia contrariar muitas vezes o código de ética, o qual  
290 exige a relação interpessoal.”. A Conselheira Angela Caniato informou que no final do  
291 evento não foi aprovado o ensino à distância dos cursos de saúde. Maria Ermínia  
292 Ciliberti questionou se a universalização do ensino foi discutida e quais outras questões  
293 foram abordadas no evento. A conselheira Heloíza Massanaro, que também participou  
294 do evento, disse que houve uma fala incisiva no sentido de implantar o ensino à  
295 distância de forma ampla na formação e que todas as vezes em que era pontuado que na  
296 pós-graduação haviam ocorrido experiências bem-sucedidas, estas acabavam sendo  
297 pouco debatidas porque a maior preocupação do grupo era com a formação  
298 propriamente dita. A conselheira ressaltou também que, como o grupo discordou do  
299 ensino à distância de cursos de saúde, não foi discutido o perfil dos tutores e  
300 professores. Heloíza Massanaro disse que o evento foi gravado e o Conselho Federal de  
301 Enfermagem solicitou que os Conselhos Federais participantes enviassem suas  
302 logomarcas para serem inseridas nesse material que foi produzido. A Conselheira  
303 informou que, ao término do evento, ficou decidido que outros encontros acontecerão,  
304 pois ainda há questões que devem ser discutidas e pactuadas, como, por exemplo, a  
305 portaria (MEC) nº 4059, que aborda a regulamentação do ensino à distância nos cursos  
306 de saúde. Ela informou também que a legislação permite que até vinte por cento da  
307 formação na área de saúde seja virtual e que essa parcela deve ser aprimorada. A  
308 Conselheira Heloíza Massanaro ressaltou que, no encontro, a posição do Ministério da

309 Educação e Cultura (MEC) era de que esses vinte por cento seriam implantados e os  
310 representantes dos Conselhos Federais não se posicionaram de forma contrária. A  
311 Conselheira Angela Caniato complementou dizendo que no evento foi colocada a  
312 possibilidade de que em lugares mais longínquos talvez não possa existir o ensino à  
313 distância, em função da precariedade financeira e foi mostrado pelo diretor do MEC que  
314 a educação à distância está instalada em maior número nas zonas sudeste e nordeste do  
315 Brasil, enquanto no interior do país há poucos pólos de educação à distância. A  
316 Conselheira Heloíza Massanaro destacou que o encontro não foi deliberativo e que o  
317 documento produzido seria validado em uma reunião do Conselhinho que ocorreu as  
318 dez horas da manhã e que, de acordo com a Conselheira Angela Caniato, somente os  
319 profissionais da Enfermagem poderiam participar. A Conselheira Sandra Amorim  
320 questionou se o CFP já teria um posicionamento em relação ao EaD, sendo uma real  
321 preocupação no campo da graduação. Justificou que as pessoas estão procurando o EaD  
322 de uma maneira desenfreada, causando preocupação pela falta de uma avaliação de fato  
323 das graduações. A Conselheira Flavia Lemos levantou a questão de que o EaD não é  
324 realizado somente pela internet, há também outros formatos como o semi-presencial.  
325 Expôs a problemática dos particulares, que apresentam tutores ao invés de professores  
326 para esta educação à distância, e os tutores não têm formação. O Presidente Humberto  
327 Verona comentou sobre a logomarca na participação do evento. A Conselheira Heloíza  
328 Massanaro falou que a logomarca teria sido solicitada pela empresa que cuida do  
329 audiovisual. Disse que foram gravadas as falas principais, um material para discussão,  
330 para o debate. Ficando esse ponto como informe e se retornará ao assunto na próxima  
331 Plenária para um posicionamento. **Nota de Apoio a Paralisação dos Médicos.** O  
332 Presidente Humberto Verona leu a moção do CFP, de apoio aos médicos que trabalham  
333 nos planos de saúde, que no dia 07 de abril, dia mundial da saúde, irão fazer uma  
334 paralisação no Brasil. Explicou que a nota é de apoio ao movimento e o contexto  
335 justifica que o apoio do CFP se deve ao cuidado integral ao paciente e não que eles  
336 sejam cobrados enquanto procedimentos. A Conselheira Ermínia disse que muitos  
337 Conselhos estão entrando no fórum contra a privatização da saúde, podendo desdobrar  
338 em outras manifestações. Uma é a nota a favor do movimento dos médicos e outra é a  
339 favor do movimento contra a privatização do SUS. O Presidente concorda que deve ser  
340 feita uma nota sobre o dia mundial da saúde. Mas o que está em questão é a nota em  
341 favor da manifestação dos médicos. Explica que a psicologia está na luta de uma saúde  
342 suplementar, de cuidado integral a saúde das pessoas. Disse que os psicólogos tem o seu  
343 lugar, e, por ter o seu lugar podem apoiar os médicos. E nessa nota de apoio está se  
344 aproveitando para dizer a causa do apoio, deixando claro que o CFP não apóia o Ato  
345 Médico. Explanou que a nota não quer falar dos psicólogos, mas manifestar apoio ao  
346 que tem de positivo no movimento dos médicos, que é defender a saúde integral como  
347 um modo de cuidar as pessoas. Do qual os pacientes estão tendo que desembolsar para  
348 pagar a continuidade dos procedimentos. O Conselheiro Aluísio Brito disse que os  
349 psicólogos não irão entender o CFP apoiando os médicos antes de lerem a nota. E lendo,  
350 saberão que se trata de um assunto importante que interessa aos psicólogos. Explica que  
351 os psicólogos estão incluídos nos planos de saúde, com um número reduzido para a  
352 demanda avassaladora de pacientes. Sugere divulgar a nota para outros conselhos que

Handwritten notes and signatures on the right margin, including the word 'rep' and various initials.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



353 estão em situação semelhante ao CFP. O Presidente Humberto Verona informou que a  
354 nota está só no nome do CFP e colocou a nota, após alterações sugeridas, em votação  
355 para aprovação. A nota foi aprovada por unanimidade. O Conselheiro Presidente  
356 encerrou a plenária às vinte horas e trinta e dois minutos. Nada mais havendo a tratar,  
357 eu, conselheira secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi  
358 lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e  
359 referenciados: Deise Maria do Nascimento

360 Conselheiro Presidente Humberto Cota Verona Humberto Cota Verona

361 Conselheira Secretária Deise Maria do Nascimento Deise Maria do Nascimento

362 Conselheiro Aluizio Lopes de Brito Aluizio Lopes de Brito

363 Conselheira Roseli Goffman Roseli Goffman

364 Conselheira Heloíza Helena Mendonça Massanaro Heloíza Helena Mendonça Massanaro

365 Conselheira Maria Ermínia Ciliberti Maria Ermínia Ciliberti

366 Conselheiro Celso Francisco Tondin Celso Francisco Tondin

367 Conselheira Clara Goldman Ribemboim Clara Goldman Ribemboim

368 Conselheira Monalisa Nascimento dos Santos Barros Monalisa Nascimento dos Santos Barros

369 Conselheira Mariana Cunha Mendes Torres Mariana Cunha Mendes Torres

370 Conselheira Marilene Proença Rebello de Souza Marilene Proença Rebello de Souza

371 Conselheira Marilda Castelar Marilda Castelar

372 Conselheira Ângela Maria Pires Caniato Ângela Maria Pires Caniato

373 Conselheira Ana Paula Porto Noronha Ana Paula Porto Noronha

374 Conselheira Ana Luiza Castro Ana Luiza Castro

375 Conselheiro Henrique José Leal Rodrigues Henrique José Leal Rodrigues

376 Flavia Cristina Silveira Lemos Flavia Cristina Silveira Lemos

377 Sandra Amorim Sandra Amorim

1 Ata da Quinta Reunião Plenária do XV Plenário do Conselho Federal de Psicologia,  
2 realizada dia primeiro de abril de dois mil e onze, na sede deste Conselho, situada em  
3 Brasília – Distrito Federal. Os trabalhos iniciaram-se às nove horas e trinta e cinco  
4 minutos. A reunião foi composta pelo Conselheiro Presidente Humberto Cota Verona,  
5 pela Conselheira Vice-presidente Clara Goldman Ribemboim, pela Conselheira  
6 Secretária Deise Maria do Nascimento, pela Conselheira Tesoureira Monalisa  
7 Nascimento dos Santos Barros e participaram os demais Conselheiros do Conselho  
8 Federal de Psicologia, a saber: Aluizio Lopes de Brito, Adriana Eiko Matsumoto, Ana  
9 Luiza Castro, Ana Paula Porto Noronha, Angela Maria Pires Caniato, Celso Francisco  
10 Tondin, Heloíza Helena Mendonça Massanaro, Henrique José Leal Rodrigues, Márcia  
11 Mansur Saacallah, Maria Ermínia Ciliberti, Marilda Castelar, Mariana Cunha Mendes  
12 Torres, Roseli Goffman, Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo, Flávia Cristina  
13 Silveira Lemos, Sandra Maria Francisco de Amorim. Ausentou-se a conselheira  
14 Marilene Rebello de Souza Proença. A reunião foi presidida pelo Conselheiro  
15 Presidente Humberto Verona, que convidou a Assessora de Comunicações do CFP  
16 Priscila Delgado, para apresentar uma proposta de mudança no Plano de Comunicação  
17 do Conselho Federal de Psicologia. **GTs criados no Planejamento Estratégico -**  
18 **Política de Comunicação -Apresentação ASCOM-CFP –** A Assessora Priscila  
19 apresentou slides explicando as propostas de reorganização do setor e da linha de  
20 comunicação do CFP. Destacou uma demanda surgida na APAF de dezembro de 2010,  
21 de que os CRPs e o CFP necessitam pensar a comunicação de forma comum, com  
22 linhas conjuntas, devendo o CFP discutir uma proposta concreta a ser levada para a  
23 APAF de maio. A Conselheira Vice-Presidenta Clara Goldman destacou que a  
24 reestruturação do projeto de comunicação não tem a perspectiva de centralizar conteúdo  
25 de informações que sejam relevantes, e sim, no momento em que se identifica uma  
26 temática que é fundamental, ela se incorpora a patrimônio da comunicação e ao grande  
27 esforço de problematizar os temas. Explicitou que é uma proposta em movimento, e  
28 que a intenção é dialogar interativamente com os psicólogos, não só prestando contas do  
29 que se faz no cotidiano, mas que os psicólogos também possam expressar as suas  
30 opiniões, concludando ou não com os princípios do CFP, criando assim uma frente de  
31 trabalho para todo o Sistema. O Conselheiro Aluizio disse que é necessário pensar numa  
32 comunicação da forma como ela é passada aos psicólogos e como ela é entendida.  
33 Sugere que a APAF se dedique ao tema pensando em como o Sistema está se  
34 comunicando com os psicólogos, pois o Federal se comunica de uma forma e os  
35 Regionais se comunicam de outra. Que se leve para a APAF a ideia de um grande  
36 planejamento para pensar a comunicação para o Sistema e não só do Federal. O  
37 Conselheiro Presidente Humberto Verona, sugeriu a substituição do seminário da  
38 comunicação (anunciado pela Conselheira Monalisa) por um planejamento estratégico  
39 do sistema para comunicação, com a participação dos assessores de comunicação junto  
40 com os conselheiros para construir um plano de mudança do sistema como um todo. O  
41 Conselheiro Presidente solicitou a aprovação de mudança imediata dos instrumentos e  
42 da contratação das pessoas para começar a mudança na Comunicação. A solicitação foi  
43 acatada com aprovação absoluta do plenário. Encerrando a discussão do ponto, o  
44 Presidente Humberto Verona destacou os seguintes encaminhamentos: a partir do dia

45 04.04.11, dar início à mudança no site do POL; Levar para aprovação da APAF a  
46 proposta de um planejamento estratégico unificado sobre Comunicação do Sistema,  
47 com a participação dos assessores de comunicação, ao invés de um Seminário de  
48 Comunicação. **GT Sobre a Política de Orientação e Fiscalização.** O Presidente  
49 Humberto Verona explicou ao Plenário que havia convidado o Dr. Fernando Aith, para  
50 ajudar na questão conceitual da proposta sobre a política de orientação e fiscalização. O  
51 convidado iniciou sua fala, com uma apresentação em slides e indagou qual seria o  
52 enfoque da fiscalização e qual a amplitude de conselhos profissionais. Explicou que  
53 para ele a indagação é: “Até que ponto é o poder de polícia de um conselho? Qual a  
54 extensão deste poder de polícia? Onde o poder de polícia do Conselho não alcança? Que  
55 tipo de atividades poderia ser feitas para a fiscalização e orientação e melhorias da  
56 atividade profissional do psicólogo?”. Fernando Aith disse que tentou resgatar a linha  
57 de raciocínio que vale para qualquer tipo de conselho de saúde, pois as atividades do  
58 Conselho Federal de Psicologia - CFP e de todos os conselhos de profissionais de saúde  
59 estão embutidas em um objetivo maior, que é a garantia do direito à saúde das pessoas.  
60 Explicou que o enfoque estava sendo dado no usuário, pois o usuário do serviço  
61 profissional é o destino final dos conselhos. Não são para atender aos interesses  
62 corporativos que existem os conselhos, para interesses corporativos existem os  
63 sindicatos. Os conselhos profissionais são autarquias, instituições públicas vinculados  
64 ao Ministério do Trabalho, que tem por finalidade última a proteção do cidadão contra  
65 maus profissionais. Fernando Aith justificou que um dos grandes problemas do conceito  
66 de direito da saúde é a amplitude. O conceito juridicamente adotado é o estabelecido  
67 pela Constituição da Organização Mundial de Saúde, de 1946, e esse conceito ainda  
68 existe, mas por toda a sua amplitude e tudo que cabe nele do que por sua precisão.  
69 Prossegue sua fala, dizendo que a saúde é considerada um direito de todos e um dever  
70 do estado, que deve ser garantido perante políticas públicas. Destacou que esse é um dos  
71 maiores deveres dos conselhos de saúde, reduzir os riscos, evitar que um profissional de  
72 saúde, ao invés de melhorar ou amenizar a saúde de um cidadão, piore a saúde desse  
73 indivíduo. O convidado Fernando Aith falou que o Sistema Único de Saúde - SUS  
74 acabou se configurando como instituição, e que há quem defenda que o SUS é uma  
75 cláusula pétrea, portanto, não há como voltar atrás na configuração deste. Disse que o  
76 SUS é basicamente um sistema público, prestado pela administração direta e pela  
77 administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de  
78 economia mista), considerando o Conselho Federal de Psicologia como integrante do  
79 sistema de saúde. Afirmou que o CFP deve lembrar que o país precisa de uma saúde  
80 melhorada para a população, dentro da atuação do Conselho. Destacou que os conselhos  
81 são muito mais que órgãos de fiscalização e que a segurança sanitária, é considerada um  
82 dos princípios de direitos sanitário brasileiro e que orienta a saúde pública no Brasil.  
83 Disse que o poder de polícia (polícia administrativa), é o instrumento necessário do  
84 estado para garantir a segurança sanitária, quando necessária a sua utilização. Sendo  
85 esse poder uma força do indivíduo, família, sociedade e principalmente do Estado.  
86 Explicou que uma das funções do Conselho é ver a condição de trabalho do próprio  
87 profissional e outra é ver o tipo de trabalho que o profissional oferece à psicologia na  
88 saúde suplementar, pois o psicólogo está entrando no ramo da saúde suplementar e tudo



89 isso gera risco ao usuário. O Conselho tem que identificar as suas principais zonas de  
90 atuação para evitar o risco ao máximo. Fernando Aith destaca que é o Estado o  
91 garantidor da saúde das pessoas, e é do Estado que se espera a atuação mais efetiva na  
92 saúde, inserindo aí o CFP como Estado. Disse que hoje o SUS atende 150 milhões de  
93 brasileiros, sendo 40 milhões somente no sistema de saúde suplementar, na parte  
94 preventiva, integralmente, e na parte curativa, em nível de alta e média complexidade.  
95 Disse que cada instituição é obrigada a se registrar no conselho da sua atividade  
96 principal e há instituições que têm psicólogos e muitos de forma anti-éticas, dentro do  
97 contexto do trabalho do CFP. Fernando Aith cita duas instituições com grandes  
98 problemas: penitenciárias e instituições de saúde mental, que tem profissionais  
99 psicólogos, e questiona: “Como lidar quando o profissional age de uma forma anti-  
100 ética, mas segue uma racionalidade da instituição que participa? Não tem como punir,  
101 mas deixa continuar assim?” Justifica que há de ter uma presença de mais de um  
102 Conselho, pois, os problemas não serão exclusivos. Disse que a punição é uma das  
103 formas do exercício do poder de fiscalização e é necessária como última forma. Falou  
104 sobre o histórico do Sistema Conselhos. Disse que é uma autarquia descentralizada.  
105 Dividiu as atribuições do Sistema em três grandes tipos, sendo a primeira normativa de  
106 fiscalização; a segunda da indução de desenvolvimento da profissão, que está na  
107 evolução do campo do trabalho da profissão; e a terceira constituída das cobranças de  
108 taxas e anuidades. Esta última, só pode ser criada por lei, pois é tributo. O convidado  
109 explica que no direito de competência concorrente, o Conselho Federal cria as normas e  
110 os regionais complementam no de âmbito geral. Assim sendo, as responsabilidades de  
111 criar as normas, estão no Conselho Federal e os responsáveis pela fiscalização do  
112 exercício profissional e julgamento ético em primeira instância, são os CRPs. Detendo  
113 assim, O CFP, o poder de punir o profissional, mas a instituição não. Enfatizou que caso  
114 se faça uma nova lei, o Conselho Federal é quem deve definir o código deontológico, e  
115 por meio da regulamentação da ética já será possível evitar certas práticas que causem  
116 danos aos usuários dos serviços de psicologia. Afirmou que fiscalização sem punição  
117 não existe. Fernando Aith apresentou opções de melhorar a fiscalização, através de  
118 revisões de normas, capacitação dos agentes e articulação da própria prática de  
119 fiscalização. Falou do dever de uma procedimentalização de protocolos, o que daria  
120 suporte ao fiscal, com amparo institucional. Pois, o fiscal sem segurança não aplica a  
121 sanção. Quando a norma é vaga ele não aplica. O Conselheiro Presidente Humberto  
122 agradeceu o convidado pela apresentação e abriu para discussão. A Conselheira Roseli  
123 disse que na ideia de mudança política de fiscalização numa política de orientação  
124 talvez funcione por amostragem, no sentido de fazer visita técnica, avaliação do  
125 estabelecimento e dos psicólogos. Falou que para isso, talvez haja um cadastramento  
126 das instituições voltadas ao serviço psicológico, mesmo que secundariamente. O  
127 Conselheiro Presidente Humberto disse o foco da orientação e fiscalização é garantir o  
128 direito do cidadão em relação ao serviço da psicologia, cabe ao Conselho aplicar as  
129 sanções. Afirmou que a qualidade de vida das pessoas deve ser garantida na perspectiva  
130 de direito, cabendo parcerias e ampliação de alianças para intervenções. A Conselheira  
131 Vice-Presidente Clara Goldman explicou que é necessário discutir que área deve ser  
132 pautada a fiscalização, que áreas são prioritárias e quem serão as pessoas e os agentes de

133 orientação. Disse que não adianta somente aumentar o contingente de fiscais, mas,  
134 trazer colaboradores no sistema que possam se somar aos recursos humanos, criando  
135 uma base para ter uma fiscalização eficaz. Sugeriu criar grupos estratégicos de  
136 intervenção, não ficando, assim, só com o fiscal, mas com um grupo que leve a  
137 discussão pública de uma área que apresenta problema. A Conselheira Sandra Amorim  
138 sugeriu que a atuação do poder de polícia não seja somente como poder punitivo, mas  
139 como proteção, dando a condição de trabalho para que o profissional psicólogo se sinta  
140 amparado. O Conselheiro Celso Tondin questionou quanto a segurança sanitária e o  
141 poder de polícia em relação ao psicólogo, quanto a relação de ambiente que o psicólogo  
142 está atuando: Como fazer a função do Conselho sem entrar na função sindical mas ao  
143 mesmo tempo dando resposta para questões que o sindicato também responde a partir  
144 da função do Conselho? Sendo o mesmo problema, mas, o problema para na visão do  
145 Estado, Conselho, e, o problema na visão sindical. O Convidado Fernando Aith, disse  
146 que a idéia da amostragem é relevante junto a escolhas de certos temas mais sensíveis,  
147 para uma ação mais repressiva e disse que o "Poder de Polícia" é um conceito jurídico,  
148 que para a justiça não dá tanto efeito, mas para uma política de educação orientadora em  
149 algum momento haverá de se adotar a polícia repressiva. Explicou que o Conselho é  
150 uma instituição estatal, que tem o poder de polícia para não deixar o mal profissional  
151 trabalhar. Disse que o fiscalizador falha em só orientar e deixar um infrator continuar  
152 praticando o ato sem punição que iniba o ato errático. Ou seja, não dá pra pensar na  
153 política de fiscalização sem pensar na punição também. Disse que a política de  
154 amostragem e repressão pontual possam produzir um resultado. Sugeriu que a  
155 fiscalização deve ser pautada pelo CFP, pois a política do Conselho não deve ter uma  
156 ideia de poder de polícia repressora como função central, mas com um dos seus eixos,  
157 pois sem ela é difícil mudar certas culturas. Quanto à questão do Sindicato X Conselho,  
158 há uma linha tênue que separa as atribuições de cada um, nesta questão. Do Sindicato,  
159 se espera que apóie o psicólogo que cometeu uma infração ética; já do Conselho, se  
160 espera que puna o mau profissional, ou seja, o sindicato serve para proteger uma  
161 determinada classe de empregados ou empregadores, e o conselho serve para proteger a  
162 dignidade da profissão. Porém, no dia a dia há seus entrelaços, pois para proteger a  
163 dignidade da profissão, também há a remuneração, que também é interesse do sindicato.  
164 Portanto, haverá uma área de intersecção inevitável. Mas, as funções do Conselho e do  
165 Sindicato são diferentes. A Conselheira Adriana Eiko explana que a radicalidade de  
166 compreender o foco está no direito da defesa do usuário é o norte que se deve seguir.  
167 Muitas vezes o processo foca o profissional e o exercício ético ou o que se considera  
168 que deve ou não ser feito pela psicologia, sem olhar o desdobramento dessa ação do  
169 psicólogo em relação ao usuário atendido. E é exatamente o que significa esse poder de  
170 restringir o exercício profissional, tendo em vista que o Conselho tem de garantir o  
171 direito do usuário. O Convidado Fernando Aith disse que em relação ao Sindicato e ao  
172 Conselho devem seguir com base no Código de Ética para entender a exata dimensão da  
173 responsabilidade do Conselho sobre a relação de trabalho, garantindo um ambiente que  
174 possibilite a consulta e que não piore a vida do consultado. Fernando Aith agradeceu o  
175 convite e se colocou a disposição do CFP. O Conselheiro Presidente Humberto Verona  
176 expôs que a vinda do Convidado Fernando Aith faz parte de uma discussão para uma

OK

mf

ff

ffh

ffh

smx

ff

ff

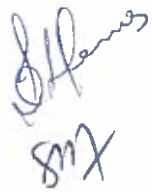
ff

ff

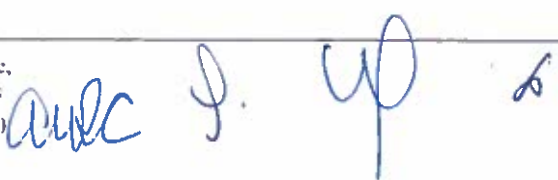
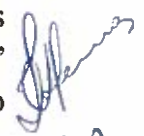
ff

*Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.*

177 apresentação de diretrizes do planejamento estratégico. O Presidente apresentou o plano  
178 construído pelo grupo, para aprovação. Falou que pensaram em convidar o Fernando  
179 Aith no encontro das COFs (Comissão de Orientação e Fiscalização) para fazer essa  
180 apresentação feita nessa Plenária, que além de educativa, faz parte do início do processo  
181 de colocar a discussão dentro do sistema. Após discussões, o plano foi aprovado e  
182 foram tirados os seguintes encaminhamentos: 1 - Pautar esse debate para reunião de  
183 COFs; 2 - Participação do Fernando Aith na reunião de COFs; 3 - Levar para a APAF  
184 de maio, a discussão para aprovar uma revisão da política de fiscalização e orientação,  
185 de acordo com a reestruturação da política de fiscalização e orientação; 4 - Projeção de  
186 aprovar na APAF de 2012 a reestruturação planejada. **GT Ciência** - O Conselheiro  
187 Henrique Rodrigues apresentou o projeto do GT e disse que trabalharam na perspectiva  
188 de que os GTs de Ciência e o de Formação são indissociados. O Presidente Humberto  
189 Verona abriu para discussão, expondo que é um assunto que o Conselho está discutindo  
190 pela primeira vez, ainda não sabendo como será o encontro com esse debate. Sugeriu  
191 que primeiro trabalhassem na perspectiva do CFP, para posteriormente levar para  
192 conhecimento e deliberações da APAF. Afirmou que devem sentir o impacto do início  
193 da conversa, produzir documentos e criarem uma comissão com especialistas para  
194 apoiar o Conselho. A Conselheira Ermínia sugeriu que o GT Ciência discuta o recorte  
195 sobre classe social. Disse que o GT não tem que pensar somente na ciência psicológica,  
196 porque ela é o reflexo de como está a ciência no país, mas que devem também trazer  
197 atores que nem sempre são da categoria, e que demandam tudo o que está acontecendo  
198 no Ministério de Ciência e Tecnologia do país. Destacou que o assunto é novo e por isso  
199 devem ir devagar, fortalecendo os alicerces. O Conselheiro Henrique disse que  
200 concordava com a Conselheira Ermínia, e propôs reunir todas as contribuições dadas na  
201 plenária, e juntamente ao GT, reorganizar e trazer para apresentação na próxima  
202 plenária e a proposta foi acatada. **GT sobre Formação** - A Conselheira Ângela Caniato  
203 disse que após pesquisas, compreendeu que é necessário conduzir as atividades no  
204 molde de pesquisa, apontando as novas demandas de trabalho e o novo sujeito das ações  
205 do psicólogo, o trabalho de pesquisa de intervenção comunitária ou que exijam  
206 planejamentos grupais, características das populações que suportem as demanda. E  
207 somente após o levantamento dessas situações poderão questionar as novas  
208 epistemologias científicas e vínculos institucionais a serem construídos pelo CFP, a fim  
209 de encaminhar a proposta de formação crítica dos psicólogos e que reflita as reais  
210 necessidades dos indivíduos. Falou que é necessário ver a real situação e necessidade da  
211 população que está sendo atendida, concordando que o tema tem que ser trabalhado.  
212 Informou que haverá a primeira reunião telefônica do grupo, com data a ser marcada  
213 entre o dia 04 a 15 de abril. O Presidente Humberto Verona falou da importância da  
214 Plenária se informar sobre os movimentos dos grupos e também concorda com a  
215 realização de um planejamento conjunto com a ABEP. Disse que todos os conselheiros  
216 devem se inteirar dos documentos produzidos pelos GTs, pois a discussão política é de  
217 todos. **Proposta de Ampliação e Qualificação da Presença da Psicologia nos**  
218 **Conselhos de Direitos** - A Conselheira Ermínia apresentou o projeto e as ações a  
219 serem realizadas, para aprovação em Plenário, para que seja levado para a APAF de  
220 maio, pois envolvem recursos da conta divulgação. Ermínia citou as ações: mapear a



221 atuação de psicólogos nos órgãos de controle social; organizar um seminário nacional  
222 de psicólogos no controle social ao registrar e publicar experiências da psicologia no  
223 controle social produzidas no seminário nacional, com indicativa de ser realizado no  
224 segundo semestre de 2011; viabilizar a estrutura organizacional no CFP com referência  
225 técnica para dar suporte e garantir a articulação das diversas representações nas  
226 instâncias de controle social; organizar um encontro presencial das representações nas  
227 instâncias de controle social do CFP e a criação de uma rede virtual de representação do  
228 Sistema Conselhos de Psicologia que atuam nas instâncias de controle social. Propõem  
229 também a organização de um encontro interno do CFP com os seus representantes nos  
230 órgãos de controle social, que são 13 representações em conselhos. Quanto formato do  
231 seminário informa que o GT pensou em dois a três representantes dos CRs mais o  
232 grupo, o daria aproximadamente duzentos participantes. Explanou que pensaram no  
233 encontro de dois dias, tendo no primeiro dia o alinhamento com palestrantes externos e  
234 no segundo dia trabalhariam no planejamento da intervenção nos conselhos. Priorizando  
235 três eixos: Saúde, Direitos Humanos, e Assistência Social. Definiram que seria marcada  
236 para junho a reunião com os representantes do CFP no controle social e a proposta do  
237 seminário seria levada para a APAF, pois necessita ser aprovada a utilização da conta  
238 divulgação. O Conselheiro Presidente Humberto Verona fez esclarecimentos acerca da  
239 diferença entre o que é o GT e do que é *Ad Hoc* e qual o papel de cada um. Explicou  
240 que o papel do GT é o de realizar a tarefa e o Plenário é responsável pelos  
241 apontamentos e direções sobre o tema que está sendo cuidado. Um GT não é para reunir  
242 especialistas que vão pesquisar, desenvolver os seus conhecimentos e refletir sobre  
243 aquele tema ao longo da gestão do CFP, os GTs são criados para operar a política,  
244 refletir e trazer ao Plenário sugestões concretas de operação e métodos em relação ao  
245 tema. Destacou que o GT não é para pessoas que gostem do assunto se apropriem do  
246 assunto de forma autônoma, o GT não produz para si mesmo, produz para o CFP; e  
247 disse ainda, que o GT não é *ad eternum*, que vai cuidar para sempre daquele assunto. O  
248 GT deve operar orientando uma política para o Conselho colocar em ação. Quanto ao  
249 *Ad Hoc*, informou que não são conselheiros, são especialistas convidados que auxiliam  
250 os conselheiros nas reflexões. O GT convida os *Ad Hocs* que são indicados, são pessoas  
251 ou entidades essenciais a serem ouvidas. Que trazem uma “bagagem de conhecimento”  
252 para contribuir com o CFP na formulação do posicionamento das ações do Conselho  
253 para aquele assunto. A Conselheira Cynthia sugeriu que fosse elaborado um documento  
254 norteador, com instruções para a estrutura e funcionamento dos GTs e convites de ad  
255 hocs. A Conselheira Ermínia disse que é necessário criar uma nova dinâmica para o  
256 funcionamento dos GTs, pois há grupos com muitas tarefas. A Conselheira Clara  
257 sugeriu não criarem critérios para a formação de GTs e Ad Hocs, pois são trabalhos de  
258 militância que necessitam de abertura em eventuais necessidades. Disse que a ideia é  
259 que o ad hoc seja um dispositivo de ampliação de rede de discussão, e que as pessoas  
260 que foram escolhidas são conhecidas em suas militâncias. O Conselheiro Presidente  
261 Humberto Verona explanou que talvez não seja necessária a criação de critérios,  
262 conforme a sugestão da Conselheira Cynthia, porém, é necessário deixar claro que o GT  
263 está a serviço do Plenário, portanto deve sempre iniciar e finalizar os trabalhos com a  
264 aprovação deste. Surgiram algumas dúvidas sobre a Comissão de Direitos Humanos e o



265 Presidente Humberto Verona explicou que ela tem por tradição ser autônoma, para  
266 pensar a sua atuação nos grandes temas dos direitos humanos que a psicologia queira  
267 pensar em intervir, mas independente do plano político e estratégico do CFP. Disse que  
268 a Conselheira Ana Luiza será responsável por levar as questões do CFP para a  
269 Comissão problematizar e não ir contra a política da gestão do CFP. O Conselheiro  
270 Presidente falou que a Comissão de Direitos Humanos está fora das políticas dos  
271 conselheiros, deixando claro que o tema direitos humanos é transversal ao projeto do  
272 Conselho e que irão dialogar com a Comissão de Direitos Humanos em vários  
273 momentos. Surgiram algumas dúvidas sobre a forma de trabalhar os GTs que foram  
274 esclarecidas pelo Presidente. O Presidente Humberto Verona explicou que os  
275 conselheiros responsáveis por seu temas terão autonomia de convidar pessoas que não  
276 foram indicadas em plenária, mas, é importante trazer para aprovação do Plenário, e, se  
277 houver objeção, o plenário emitirá sua opinião. Disse também, que pode haver a  
278 presença de um Ad Hoc em uma situação pontual. **Credenciamento de Cursos de**  
279 **Especialização** – O Conselheiro Aluísio Brito explanou sobre o processo administrativo  
280 nº 006/2009 – Credenciamento do núcleo formador RZR – Educação para Resultados  
281 Ltda. do Instituto de Análise Bioenergética de São Paulo, Especialidade: Psicologia  
282 Clínica. Leu o adendo feito pelos vistoriadores no item XXI, que contém observações.  
283 Explicou que as observações são todas sanáveis, bastando enviar um ofício com a  
284 recomendação a ser providenciada. Expôs que o parecer da comissão é pela aprovação  
285 do curso. Posto em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. **Julgamento de**  
286 **Processo Administrativo** – O Conselheiro Celso Tondin leu o relatório expositivo do  
287 processo nº 01/2011, que se refere ao indeferimento de Título de  
288 Especialista da psicóloga Penólope Zecchinelli Sampaio – CRP 16/908 em Psicologia  
289 Clínica na modalidade Concurso e o comentou. O Parecer do relator foi favorável a  
290 solicitação da Psicóloga. Posto em votação foi aprovado por unanimidade. **Dicionário**  
291 **Histórico das Instituições da Psicologia no Brasil** – O Conselheiro Henrique explicou  
292 que para terminar o dicionário faltavam deliberar sobre a capa. Apresentou um slide  
293 com as opções de capa. Após sugestões definiram o seguinte: Manter a imagem do  
294 *pedagogium*; Retirar o efeito espiral; No alto escrever Conselho Federal de Psicologia;  
295 Dar destaque para Instituições de Psicologia; Organização ao invés de Coordenação  
296 Geral; Diminuir a letra da informação do organizador do dicionário; Retirar o nome da  
297 UERJ; Utilizar a cor azulada; Manter: Imago, CFP e os Cinquenta anos da Psicologia no  
298 Brasil. Postas em votação as sugestões foram aprovadas por unanimidade. A  
299 Conselheira Ermínia questionou sobre o selo lançado. O Presidente Humberto Verona  
300 respondeu que a definição das cores foi em amarelo, azul e branco. Falou também que a  
301 Diretoria pensará sobre a comemoração dos 40 anos do Conselho. **GT do Ano**  
302 **Temático da Avaliação Psicológica**. A Conselheira Ana Paula Noronha falou sobre o  
303 trabalho do GT, que tem sido lento, mas contínuo. Disse que houve críticas feitas pelos  
304 CRs sobre os eixos propostos pela APAF, e que alguns afirmavam que não havia sido  
305 discutido tal eixo em APAF. A conselheira Ana Paula disse que houve mudanças de  
306 representação, o que acabou atrapalhando a comissão na comunicação e no andamento,  
307 por isso realizaram algumas telereuniões. Disse que no momento estão convidando os  
308 autores para elaborar textos disparadores dos debates. Disse que também surgiu no GT

CR

sup

af  
Hob

Delencos

SF

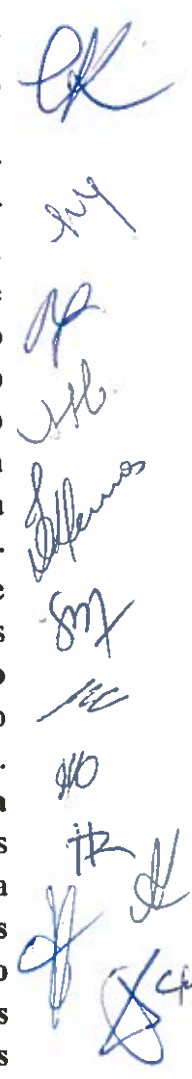
JO

HR

47



309 uma outra proposta, que seria de pesquisa dos processos éticos, fazendo um  
310 levantamento do período de 2009 e 2010. Explicou que os conselheiros fariam esse  
311 levantamento nos respectivos CRs, com um questionário sobre itens de análises, e em  
312 agosto apresentariam o material. O Presidente Humberto Verona lembrou que deveriam  
313 encaminhar para a APAF de maio a proposta de Ano Temático, para aprovação e  
314 construção de um calendário de ações conjuntas do Sistema Conselhos, até maio do ano  
315 que vem. Após discussões deliberaram pelo seguinte encaminhamento: Discutir no GT  
316 a proposta do Ano Temático para apresentar na Próxima Plenária, expondo que deverá  
317 ser apresentada uma proposta de execução do ano na APAF de maio. **Anexo II da**  
318 **Resolução CFP Nº 007/2009 – A Conselheira Ana Paula leu o texto do anexo II da**  
319 **resolução, que institui normas e procedimentos para a avaliação psicológica no contexto**  
320 **do Trânsito. Falou sobre o histórico do texto, que iniciou pela solicitação pontual de que**  
321 **o Conselho se manifeste em relação a: “quanto o CFP deve considerar para ser**  
322 **aprovado”. Justificou que na última reunião da Comissão discutiram que não poderiam**  
323 **deixar os psicólogos sem orientação, porém, não houve alteração do texto, somente uma**  
324 **tentativa de deixar mais claras as informações. O Presidente Humberto Verona lembrou**  
325 **que como a resolução foi aprovada em APAF a alteração também deveria ser. Porém, se**  
326 **a alteração do texto não altera o mérito, a plenária do CFP tem autonomia para aprová-**  
327 **la. Posta em votação, foi aprovada por unanimidade, devendo todos os CRPs ser**  
328 **informados da alteração da redação. O Presidente Humberto Verona deliberou que os**  
329 **pontos da pauta que não foram discutidos seguissem os seguintes encaminhamentos:**  
330 **Comemoração dos 50 anos da Psicologia - A Diretoria ficou responsável por**  
331 **encaminhar uma minuta de proposta para o email CFP 15, para avaliação e posterior**  
332 **aprovação do Plenário e encaminhar à APAF de maio, para que seja referendada.**  
333 **Acupuntura – A Conselheira Heloíza Massanaro enviará pelo CFP15 o acúmulo de**  
334 **material e de discussões realizadas, para conhecimento dos Conselheiros. Parecer do**  
335 **Teste das Fábulas no Conselho – A Conselheira Ana Paula Noronha enviará pelo**  
336 **CFP15, as críticas do e-group que publicou um e-mail fazendo uma crítica ao Conselho**  
337 **em relação ao modo que conduz a avaliação dos testes pelo CFP. Prazo para Vigência**  
338 **das Resoluções do CFP – pautar para a próxima plenária. Comissão do Sistema**  
339 **Conselhos de Psicologia para Acompanhamento dos Assuntos Parlamentares -**  
340 **Pautar para a Plenária de Junho. Resolução CNS 196/96 - Pautar para a Plenária de**  
341 **junho. Ato Médico – A Conselheira Tesoureira Monalisa Barros enviará as informações**  
342 **pelo CFP15. CID 10 – Pautar para a plenária de junho. Teste Rápido para Diagnóstico**  
343 **da Infecção pelo HIV – Os Conselheiros lerão o material que será encaminhado pelo**  
344 **Presidente Humberto Verona para o e-mail CFP15 e discutirão na próxima Plenária.**  
345 **Encontro Nacional de COFs (Comissões de Orientação e Fiscalização do Sistema**  
346 **Conselhos de Psicologia) – O Conselheiro Aluizio encaminhará por email aos demais**  
347 **conselheiros. Encontro Nacional dos Trabalhadores do SUAS – A Conselheira**  
348 **Marcia Mansur enviará por email. Distribuição de Processos Éticos e Representações**  
349 **– Indicação De Suplência - Pautar para a plenária de maio. Realinhamento**  
350 **Institucional e Critérios para Participação em Eventos, Ajuda de Custos e Diárias**  
351 **– A Diretoria encaminhará via email CFP15 a sistematização das discussões. Informes**  
352 **dos GTs da APAF – seguirá por e-mail e se necessário será pautado para a plenária de**



353 maio. O Presidente Humberto Verona agradeceu a todas e todos e encerrou a plenária às  
354 dezessete horas e trinta minutos. Nada mais havendo a tratar, eu, conselheira secretária  
355 Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os  
356 presentes \_\_\_\_\_ acima nomeados \_\_\_\_\_ e  
357 referenciados. Deise Maria do Nascimento

358 Conselheiro Presidente Humberto Cota Verona Humberto Cota Verona

359 Conselheira Vice-Presidente Clara Goldman Ribemboim Clara Goldman Ribemboim

360 Conselheira Monalisa Nascimento dos Santos Barros Monalisa Barros

361 Conselheira Secretária Deise Maria do Nascimento Deise Maria do Nascimento

362 Conselheiro Aluizio Lopes de Brito Aluizio

363 Conselheira Roseli Goffman Roseli Goffman

364 Conselheira Heloíza Helena Mendonça Massanaro Massanaro

365 Conselheira Adriana Eiko Matsumoto Adriana

366 Conselheira Maria Ermínia Ciliberti Maria Ermínia Ciliberti

367 Conselheiro Celso Francisco Tondin Celso Tondin

368 Conselheira Mariana Cunha Mendes Torres \_\_\_\_\_

369 Conselheira Márcia Mansur Saadalan Marcia Saadalan

370 Conselheira Marilda Castelar Marilda

371 Conselheira Ângela Maria Pires Caniato Angela Pires

372 Conselheira Ana Paula Porto Noronha Ana Paula Porto Noronha

373 Conselheira Ana Luiza Castro \_\_\_\_\_

374 Conselheiro Henrique José Leal Rodrigues Henrique José Leal Rodrigues

375 Conselheira Cynthia R. Corrêa Araujo Ciarallo Cynthia R. Corrêa Araujo Ciarallo

376 Conselheira Flavia Cristina Silveira Lemos Flavia

377 Conselheira Sandra Amorim Sandra Amorim